

## O Mundo em Português Nº11 & 12

Agosto/Setembro 2000

### Europa - uma Longa Reflexão

Guilherme d'Oliveira Martins

Reflexão sobre:

*"Europes - De l'Antiquité au XXe Siècle - Anthologie critique et commenté"*,

Yves Hersant, Fabienne Durante-Bogaert,

Bouquins; Robert Laffont; Paris; 2000.

Francisco Sarsfield Cabral saudava, há pouco tempo, com especial entusiasmo, o facto de se ter começado a discutir a Europa política. Coube ao ministro alemão Joscka Fischer lançar essa reflexão, rompendo com a estranha inércia dos que apenas desejam discutir os restos do Tratado de Amsterdão, para que nada de substancial possa acontecer. Afinal, para alguns, valerá mais diluir o projecto europeu, sem afectar nenhum interesse. Por isso mesmo, tem-se discutido menos o texto de Fischer, que poucos leram, e muito mais os fantasmas diversos que a propósito dele podem ser cultivados - e que, em bom rigor, nada têm a ver com a democracia supranacional europeia, que desejamos.

O que foi dito por Fischer é o contrário de um modelo de "directório" dos grandes e, pela primeira vez, de forma claríssima, aparece a consideração prática de uma dupla legitimidade política e institucional. Trata-se de dizer que a União Europeia se baseia na legitimidade dos Estados e dos cidadãos - e que, portanto, uma mudança nas instituições passa pelo assumir desses dois critérios. E assim, para que a subsidiaridade seja um facto, não basta dizer que as decisões devem situar-se o mais próximo possível dos cidadãos e que a descentralização é uma peça-chave da democracia - é preciso que as instituições tenham a lógica federal contra uma noção de super Estado europeu. E diga-se, com muita clareza, que o conceito de federação tem de assentar na diversidade, na autonomia e complementaridade entre as diferentes identidades nacionais e num modelo de coesão baseado numa solidariedade cívica voluntária e numa cidadania activa. Nesse sentido, a União Europeia tem já uma inequívoca dimensão federal, que importa completar com instituições mais democráticas, que aproximem os cidadãos das decisões que lhes dizem respeito - com salvaguarda da soberania originária dos diferentes Estados que constituem a União. Jacques Delors tem, por isso razão, quando insiste na necessidade de se criar uma "federação de Estados-nações" que possa conciliar, com clareza, aprofundamento e alargamento, eficácia e subsidiaridade.

Na antologia agora publicada estão, com muita nitidez, as indicações históricas de que o "federalismo" não pode ser uma criação burocrática, centralizadora ou assente num "directório", mas que, pelo contrário, deve ser uma construção que parta dos cidadãos e das pessoas, do direito e dos direitos e que preserve as diferenças e as identidades. Leiam-se, a título de exemplo, os textos de Jackie Pigeau (sobre o mito da temperança e a importância do equilíbrio), de Jacques Le Goff (a propósito do peso da história e das dificuldades no diálogo com o passado), de Saint-Simon e de Guizot (ao ligarem o desenvolvimento das actividades sociais e individuais, do progresso da sociedade e da humanidade) e de Victor-Hugo (ao juntar a liberdade e a paz numa partilha aberta de soberanias)... Temos aí a preocupação de criar as bases de uma cultura de paz assente no pluralismo e na diversidade. Depois de muitos séculos de guerras civis europeias, é chegado o momento de adoptar uma "visão" para o velho continente que permita mobilizar as energias disponíveis, regular a conflitualidade existente e definir o modo de defender em conjunto os interesses e os valores comuns.

Afinal, a Europa não pode construir-se sobre uma ideia de uniformidade, mas sobre as ideias de convergência e complementaridade. Daí, por exemplo, a proposta de um Parlamento bicameral, que implica o nascimento de um Senado, que represente equitativamente os Estados. Leia-se, por exemplo, Vaclav Havel - ao falar de uma civilização multicultural com pólos múltiplos e de uma Europa capaz de servir de exemplo pela sua forma de ser - ou Fernand Braudel - ao defender uma Europa inventiva e aberta... Ouça-se Jean Monnet, a dizer que "não coligamos Estados, mas unimos pessoas": "uma Europa federada é indispensável à segurança e à paz do mundo livre. Enquanto a Europa continuar fragmentada, continuará frágil, e será uma fonte constante de conflitos.(...) A unificação permitirá à Europa intensificar o desenvolvimento dos seus recursos" (1955). E como recorda François Mitterrand (numa comunicação de 1992, intitulado "Onze Discursos sobre a Europa) "o moderno conceito de soberania só pode fortalecer-se se se transferir e se se associar - sob pena de se enfraquecer e de se tornar ilusório".

As identidades culturais encontram-se e enriquecem-se mutuamente e as instituições têm de favorecer esse diálogo. Havel fala, por isso, na ideia de ancoragem metafísica da responsabilidade, que constitui um dos eixos do sistema de valores na tradição europeia. E parece-me - diz o Presidente checo - que o momento do crepúsculo, propício à introspecção, convida-nos hoje a recordar-nos, justamente desta tradição europeia e a reconhecer com franqueza que há valores que ultrapassam o nosso interesse imediato, e que não somos só responsáveis perante o nosso partido, os nossos eleitores, o nosso grupo de pressão ou o nosso Estado, mas sim, em substância, perante o conjunto do género humano, designadamente os que virão depois de nós" (1996).

Ortega y Gasset insiste, por isso, em que a Europa é anterior às suas nações, sendo a vida comunitária e nacional uma só; na qual a nação, como marca de identidade e de várias pertenças, tem virtualidades que o nacionalismo não tem, devendo contrapor-se à noção de decadência (de um Spengler) uma noção de crise que favoreça uma "condição de renascença". Husserl fala mesmo de uma hipótese de superação dessa crise (krisis) através do "heroísmo da razão", enquanto Karl Jaspers invoca a Liberdade, a História e a Ciência e Jan Patocka apela a um caminho de vias múltiplas, pela cosmologia, pela política e pela ética.

Federico Chabod, num texto luminoso, constituído pelas lições dadas na Faculdade de Letras de Milão, durante a Guerra, dado à estampa no fim da década de cinquenta, guia-nos, numa ligação magnífica entre erudição e didáctica, na "história da ideia de Europa". Aí está a referência ao progresso dos princípios de direito público comuns a todos, em lugar da pura prática política, no período que sucedeu a Maquiavel. Ali estão os contributos civilizadores de Las Casas, de Montaigne, de Botero, de Montesquieu ou de Guizot - verificando-se que "a civilização europeia deve a sua existência à diversidade de civilizações nacionais que existiram e existem, cada uma dando qualquer coisa que as outras não podem dar - num sábio e feliz casamento do particular e do geral, da nação e da Europa".

A Europa surge assim como entidade cultural e moral, mais do que geográfica, sendo o sentimento que a caracteriza fortemente marcado pela razão e pelas luzes e por uma espiritualidade que põe a dignidade humana no centro da vida cívica. Bernard Voyenne insiste, por isso, numa "síntese europeia" onde as diferenças devem completar-se num equilíbrio superior... Em nome da diversidade, Hans-Georg Gadamer defende, por isso, o plurilinguismo, como marca das "ciências do espírito" - certo de que o nascimento da ciência formou a Europa, o que exige hoje uma forte aposta na sociedade do conhecimento e da inovação e na sociedade educativa, onde a capacidade de aprender mais e melhor é a pedra angular do desenvolvimento.

Os textos desta colectânea constituem apelos constantes à diversidade e à existência de catalisadores europeus, capazes de mobilizar recursos e energias. Ao encontrarmos três portugueses neste longo conjunto de textos ( Camões, na descrição da Europa por Vasco da Gama em "Os Lusíadas"; Eduardo Lourenço, num texto de "A Europa Desencantada" e José Saramago, na inevitável parábola da "Jangada de Pedra") deparamos com o nosso contributo para essa diversidade, que queremos cultivar activamente, contra o isolamento. Ao lermos a conversa que Thomas Mann recriou na "Montanha Mágica", somos, aliás, levados à compreensão de que as fronteiras da diversidade europeia não estão apenas na geografia, mas igualmente nas ideias e nas convicções. Settembrini e Naphta representam perante Hans Castorp duas componentes extremas do espírito europeu, enquanto faces de uma mesma moeda.

E para que não haja dúvidas sobre os dilemas de uma Europa que não pode trilhar de ânimo leve o caminho da unidade nem recusá-lo em nome do isolamento, basta ouvir Stefan Zweig a dizer-nos, dramaticamente, que "a experiência mostrou que é mil vezes mais fácil reconstituir os factos de uma época do que a sua atmosfera moral"... Não podemos, assim, ser timoratos. A Europa cívica e política tem de tornar um factor activo de paz. Para isso, as instituições têm de permitir a defesa eficaz dos interesses comuns contra os egoísmos. E Portugal tem de estar nessa linha da frente. Custe o que custar.